



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 510,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impressanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 1 675 106,04	
	A 1.ª série	Kz: 989.156,67	
	A 2.ª série	Kz: 517.892,39	
	A 3.ª série	Kz: 411.003,68	

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 3/22:

Aprova a abertura do crédito adicional suplementar no montante de Kz: 9 500 000 000,00 para o pagamento das despesas de funcionamento da Unidade Orçamental Inspeção Geral da Administração do Estado — IGAE.

Despacho Presidencial n.º 1/22:

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, para a celebração do Contrato de Empreitada de Obras Públicas com a empresa China Hengjian para a conversão do Mercado do Gika em Hospital de Especialidades Médicas, na Cidade de Cabinda, no valor de Kz: 1 194 054 643,64, Contrato de Aquisição de Serviços de Fiscalização da referida Empreitada com a empresa Daans Engenharia, no valor de Kz: 113 435 191,15 e delega competência ao Governador Provincial de Cabinda, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos decisórios e de aprovação tutelar no âmbito do referido Procedimento, incluindo a celebração e assinatura dos correspondentes Contratos.

Ministério da Saúde

Decreto Executivo n.º 1/22:

Estabelece as condições de certificação das Farmácias e Laboratórios de Análises Clínicas para a realização de testes de antígeno para a detecção do Vírus SARS-CoV-2 que causa a COVID-19.

Ministério da Educação

Decreto Executivo n.º 2/22:

Cria a Escola do Ensino Primário denominada Escola Primária n.º 1.218, sita no Distrito Urbano da Ingombota, Município de Luanda, Província de Luanda, com 7 salas de aulas, 14 turmas, 2 turnos, e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

Decreto Executivo n.º 3/22:

Cria a Escola do Ensino Primário denominada Escola do Ensino Primário n.º 129 — «Matembo», sita no Município de Belize, Província de Cabinda, com 10 salas de aulas, 20 turmas, 2 turnos, e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

Decreto Executivo n.º 4/22:

Cria as Escolas do Ensino Primário denominadas Escola do Ensino Primário n.º 024 — «Bitina», Escola do Ensino Primário n.º 5, Escola do Ensino Primário n.º 134 — «Mongo Conde», Escola do Ensino Primário n.º 143 — «Panga de Baixo» e Escola do Ensino Primário de «Viêde», sitas no Município de Belize, Província de Cabinda, com 8 salas de aulas, 16 turmas, 2 turnos, e aprova o quadro de pessoal das Escolas criadas.

Decreto Executivo n.º 5/22:

Cria as Escolas do Ensino Primário denominadas Escola Primária de «Bulo», Escola do Ensino Primário n.º 265 — «Conde-Kavunga», Escola do Ensino Primário n.º 281 — «Aleixo Macaia», Escola do Ensino Primário n.º 026 — «Bombo Pene» e Escola do Ensino Primário n.º 141 — «Nsaca», sitas no Município de Belize, Província de Cabinda, com 7 salas de aulas, 14 turmas, 2 turnos, e aprova o quadro de pessoal das Escolas criadas.

Decreto Executivo n.º 6/22:

Cria a Escola do Ensino Primário denominada Escola Primária n.º 4, sita no Município de Buco Zau, Província de Cabinda, com 16 salas de aulas, 32 turmas, 2 turnos, e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 3/22**de 5 de Janeiro**

Havendo a necessidade de se proceder à autorização do crédito adicional no Orçamento Geral do Estado, para o Exercício Económico de 2021, para suportar as despesas relacionadas com o contrato celebrado com a empresa Multissoma, com vista à modernização tecnológica da Inspeção Geral da Administração do Estado — IGAE;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com os artigos 26.º e 27.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho — Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado, o seguinte:

ARTIGO 1.º**(Aprovação de abertura de crédito adicional suplementar)**

É aprovada a abertura do crédito adicional suplementar no montante de Kz: 9 500 000 000,00 (nove mil e quinhentos milhões de Kwanzas) para o pagamento das despesas de funcionamento da Unidade Orçamental Inspeção Geral da Administração do Estado — IGAE.

ARTIGO 2.º
(Atribuição do crédito adicional)

O crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo 1.º é afecto à Unidade Orçamental Inspecção Geral da Administração do Estado — IGAE e deve ser concedido em função das disponibilidades de tesouraria.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Dezembro de 2021.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO. (21-9921-A-PR)

Despacho Presidencial n.º 1/22
de 5 de Janeiro

Tendo em conta o processo de melhoria dos serviços básicos de saúde e as condições de abastecimento de água às populações da Província de Cabinda;

Havendo a necessidade de se proceder à abertura de um concurso público no âmbito da reactivação do Fundo de Incentivo ao Investimento em Cabinda (FICA) assegurado pelo Banco Angolano de Investimento (BAI);

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 6 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com a alínea d) do n.º 1 do artigo 22.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º, artigos 32.º, 33.º, 34.º, 38.º, 42.º, 44.º, alínea d) do n.º 1 do artigo 45.º, artigos 141.º e seguintes, todos da Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro — Lei dos Contratos Públicos, e alínea a) do n.º 2 do Anexo X, actualizado pelo n.º 15 do artigo 10.º do Decreto Presidencial n.º 59/21, de 5 de Março, que aprova as Regras de Execução do Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2021, o seguinte:

1. É autorizada a despesa e formalizada a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, para a celebração do seguinte:

- a) Contrato de Empreitada de Obras Públicas com a empresa China Hengjian para a conversão do Mercado do Gika em Hospital de Especialidades Médicas, na Cidade de Cabinda, no valor de Kz: 1 194 054 643,64 (mil milhões, cento e noventa e quatro milhões, cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e três Kwanzas e sessenta e quatro cêntimos);

- b) Contrato de Aquisição de Serviços de Fiscalização da Empreitada de Obras Públicas com a empresa Daans Engenharia para a conversão do Mercado do Gika em Hospital de Especialidades Médicas, na Cidade de Cabinda, no valor de Kz: 113 435 191,15 (cento e treze milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e um Kwanzas e quinze cêntimos).

2. Ao Governador Provincial de Cabinda é delegada competência, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos decisórios e de aprovação tutelar no âmbito do referido Procedimento, incluindo a celebração e assinatura dos correspondentes Contratos.

3. O Ministério das Finanças deve assegurar os recursos financeiros necessários à boa execução dos Contratos.

4. As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

5. O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 21 de Dezembro de 2021.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO. (21-9921-B-PR)

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Decreto Executivo n.º 1/22
de 5 de Janeiro

Havendo a necessidade de estabelecer as condições de certificação das farmácias e laboratórios de análises clínicas para a realização de testes de antigénio para a detecção do Virus SARS-CoV-2;

Em conformidade com as competências delegadas pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 2 do artigo 9.º das medidas excepcionais e temporárias a vigorar durante a Situação de Calamidade Pública declarada por força da COVID-19, aprovadas pelo Decreto Presidencial n.º 315/21, de 24 de Dezembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Condições)

1. As farmácias que pretendam realizar a testagem rápida para a detecção do coronavírus SARS-CoV-2 que causa a COVID-19 devem reunir cumulativamente as seguintes condições:

- a) Ter a autorização do exercício farmacêutico válida;
- b) Possuir as condições de biossegurança necessárias;

- c) Ter uma área separada das demais zonas de atendimento para a realização da testagem;
 - d) Designar, pelo menos, 2 técnicos para o processo, devendo um ocupar-se da realização da testagem e outro dos procedimentos de registo e envio dos dados diários à Direcção Nacional de Saúde Pública (DNSP) do Ministério da Saúde.
2. O técnico designado para a realização da testagem deve:
- a) Ser técnico superior ou médio de saúde (farmacêutico, médico, técnico médio de laboratório, farmácia ou enfermagem);
 - b) Ser capacitado regularmente pelo Instituto Nacional de Investigação em Saúde (INIS) sobre os procedimentos de testagem e de biossegurança, que incluem aspectos referentes à testagem, parametrização e descarte do material contaminado.

ARTIGO 2.º
(Autorização)

1. As farmácias que reúnam as condições previstas no artigo anterior devem requerer a autorização ao Ministro da Saúde, instruindo o requerimento com os documentos que comprovam as referidas condições.
2. A autorização é emitida por Despacho do Ministro da Saúde, mediante parecer conjunto favorável da Agência Reguladora de Medicamentos e Tecnologias de Saúde (ARMED) e do Instituto Nacional de Investigação em Saúde (INIS).

ARTIGO 3.º
(Listas actualizadas)

1. A ARMED deve manter actualizada a lista das farmácias autorizadas a realizar a testagem rápida por antígeno.

2. O INIS deve manter actualizada a lista de Testes de Diagnóstico Rápido (TDRs) de antígeno do SARS-CoV-2 validados e autorizados para uso em Angola.

ARTIGO 4.º
(Procedimento da farmácia)

1. Todos os testes realizados devem obrigatoriamente ser registados individualmente e digitalmente na Plataforma ReDIV, antes de emitir a guia do Teste, com o devido número de registo.
2. A farmácia deve preencher a ficha com o resultado, devidamente assinada e carimbada conforme o modelo em Anexo I ao presente Diploma.
3. Em caso de resultado positivo, a farmácia deve proceder em conformidade com as orientações constantes do Anexo II ao presente Diploma.

ARTIGO 5.º
(Fiscalização)

Sem prejuízo dos demais órgãos competentes, as Inspeções Provinciais dos Gabinetes Provinciais da Saúde devem velar pelo cumprimento do exposto no presente Diploma.

ARTIGO 6.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Ministro da Saúde.

ARTIGO 7.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Dezembro de 2021.

A Ministra, *Silvia Paula Valentim Lutucuta*.

ANEXO I a que se refere o n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto Executivo



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

GUIA DE TESTE DE DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARA O SARS-CoV2 (TDR)

CÓDIGO DE REGISTO ReDIV															Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO
Nome															
Idade	Sexo	M		F		Telefone (s)									
Província de residência										Município					
Data do teste										Resultado					
Entidade que realizou o teste															
Responsável pela realização do teste										Responsável pela validação					



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

GUIA DE TESTE DE DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARA O SARS-CoV2 (TDR)

CÓDIGO DE REGISTO ReDIV															Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO
Nome															
Idade	Sexo	M		F		Telefone (s)									
Província de residência										Município					
Data do teste										Resultado					
Entidade que realizou o teste															
Responsável pela realização do teste										Responsável pela validação					

ANEXO II

a que se refere o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Executivo

I. ORIENTAÇÕES SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE CASOS COM RESULTADO POSITIVO

1. Isolamento Institucional

Está indicado para pessoas testadas positivas com teste rápido (TDR-Ag) que apresentam sintomas (febre, tosse, irritação da garganta e/ou falta de ar), que tenham associada alguma comorbilidade (hipertensão, diabetes, anemia de células falciformes, obesidade, insuficiência renal, VIH, doença pulmonar crónica, doença oncológica, etc.) e não tenham condições de isolamento domiciliar. Estes casos positivos devem ser encaminhados para a unidade sanitária mais próxima.

2. Isolamento Domiciliar de Pessoas Assintomáticas

Está indicado para as pessoas testadas positivas para SARS-CoV-2 (TDR-Ag) que não apresentam sintomas (assintomáticas), que não tenham comorbilidades (hipertensão, diabetes, anemia de células falciformes, obesidade, insuficiência renal, VIH, doença pulmonar crónica, doença oncológica, etc.) e que não vivam com pessoas vulneráveis (idosos e grávidas). Deve informar-se que deverá repetir o teste após 10 dias. Caso continuar positivo, repetir o teste ao fim de 7 dias. Caso negativo, repetir o teste com intervalo de 24 horas.

A alta epidemiológica deve ser passada pela Autoridade Sanitária do Município da área de residência.

II. ORIENTAÇÕES PARA REALIZAR O ISOLAMENTO DOMICILIAR

Ter quartos individuais ou no mínimo duas pessoas por quarto;

Ter meios de comunicação e localização exactos (telemóvel, *internet*, endereço domiciliar);

Ter familiar fora da casa que possa responsabilizar-se em garantir a logística à família, respeitando todas as regras de biossegurança (máscara facial e luvas), deixar a logística necessária à porta e regressar;

Quarto separado com casa de banho individual:

- a) O quarto deve ser ventilado, isto é, ter janela que deve estar aberta e manter a porta sempre fechada;
- b) Permanecer no quarto individual, não partilhar os espaços comuns, tais como sala, cozinha, varanda;
- c) Usar sempre a máscara facial;
- d) Manter a higiene respiratória (tossir ou espirrar para a prega do cotovelo ou num lenço de papel e deitar no lixo, lavar as mãos com água e sabão ou desinfetar com álcool gel);
- e) Não manter contacto físico com outros membros da família;
- f) Manter louça individual (prato, colher, garfo, faca, copo, caneca);

g) Receber a comida à entrada do quarto;

h) Fazer a higiene do próprio quarto e casa de banho utilizando lixívia, diluindo 1 parte de lixívia para 9 partes de água) e utilizar a solução num pulverizador;

i) Ter duas mudas de roupa de cama e toalhas individuais.

Quarto sem casa de banho individual:

- a) Manter-se no quarto sem outras pessoas e não partilhar espaços comuns;
- b) Usar máscara facial;
- c) Não manter contacto físico com outros membros da família;
- d) Manter louça individual (prato, colher, garfo, faca, copo, caneca);
- e) Lavar a louça com água quente e detergente;
- f) Receber a comida à entrada do quarto;
- g) Fazer a higiene do próprio quarto, utilizando água e lixívia (1 parte de lixívia para 9 partes de água);
- h) Ter duas mudas de roupa de cama e toalhas individuais;
- i) Lavar as roupas com água quente e sabão e secar ao sol e passar a ferro;
- j) Depois de usar a casa de banho, deve desinfetar com lixívia todos os espaços utilizados;
- k) No caso de usar casa de banho comum, deve limpar com água e lixívia (diluído em 1 parte de lixívia para 9 partes de água) todos os espaços utilizados (sanita, lavatório, banheiro, maçaneta das portas).

III. CONTACTOS

1. Para o apoio técnico no uso da plataforma ReDIV, está disponível o número do *Contact Center* da Direcção Nacional da Saúde Pública — DNSP (935 615 290).

2. Todos os demais esclarecimentos sobre questões epidemiológicas devem ser endereçados ao Centro de Processamento de Dados Epidemiológicos, na Direcção Nacional de Saúde Pública — DNSP, *e-mail*: cpdednsp@hotmail.com, telef: 937 503 349.

A Ministra, *Silvia Paula Valentim Lutucuta*.

(22-0001-A-MIA)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto Executivo n.º 2/22 de 5 de Janeiro

Ao abrigo do disposto no artigo 119.º da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, que aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, conjugado com as disposições do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, que define as condições e procedimentos de elaboração, gestão e controlo dos quadros de pessoal da Administração Pública;